

Embates ontológicos e epistemológicos com mulheres americanas: autonomia e independência em uma economia “informalizada”¹

Bas'lele Malomalo² 

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Lúcia de Toledo França Bueno³ 

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Dossiê | Dossier | Dossier

DOI do artigo: 10.22481/odeere.v7i1.10494

RESUMO

O notável lugar de destaque e o papel central das mulheres nas sociedades africanas pré-coloniais tem sido inferiorizado em empreendimentos coloniais de devastação dos modos de ser africano, com desdobramentos particulares sobre as mulheres em função da instrução da hierarquia de gênero e da conseqüente generificação do trabalho. A descaracterização e criminalização das organizações socioeconômicas autóctones, matrifocalizadas, expressa-se pela nomenclatura de “economias informais”. À vista disso, o presente artigo teórico-empírico tem como objetivo articular

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita/UNESP (2010), é docente de graduação nos cursos das Relações Internacionais, Ciências sociais, Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) do Instituto de Humanidades e Letras (IHL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), docente colaborador no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (PPPSC) da Universidade Católica de Salvador (UCSAL), coordenador do Grupo de Pesquisa África-Brasil: Produção de conhecimentos, sociedade civil, desenvolvimento e cidadania global, pesquisador associado do Centro dos Estudos das Culturas e Línguas Africanas e da Diáspora Negra (CLADIN-UNESP); INTERSSAN/UNESP; da Rede para o Constitucionalismo Democrático Latino-Americano, Pesquisador e membro do Comitê Internacional da Cadeira da Unesco Educação Transformadora, Democracia e Cidadania Mundial, da UQO, Canadá e expert da plataforma Harmony With Nature/ONU. Tem experiência na área de Ciências sociais, História da África e do Negro no Brasil e Filosofia africana, atuando principalmente nos temas seguintes: sociologia africana, estudos das relações raciais, multiculturalismo, migrações e Filosofia africana cooperação internacional, desenvolvimento sustentável, direitos da natureza, segurança alimentar e nutricional. E-mail: escolaafricana@gmail.com

³ Mestranda em Relações Internacionais pelo Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI - UFU). Bacharela em Relações Internacionais pela mesma instituição (2022), com missão de Mobilidade Internacional na Universidade de Poitiers, na França, durante um ano (2019-2020). Integra o NUPEDH: Núcleo de Pesquisas e Estudos em Direitos Humanos - UFU sob orientação da Prof^a Dr^a Marrielle Maia (coordenadora da Cátedra Sergio Vieira de Melo - parceria UFU e ACNUR/ONU). Compõe o Grupo de Pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimentos, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global, vinculado ao Instituto de Humanidade e Letras (IHL) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), bem como contribui ativamente com o Projeto de Extensão Latitudes Africanas, ambos coordenados pelo professor Bas'lele Malomalo (Unilab Bahia - Campus dos Malês). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB/UFU) onde também atuou como extensionista de 2020 a 2021. Cofundou e, de 2018 a 2021, esteve Coordenadora Executiva Geral do Núcleo de Extensão de Negritude e Indigenato em Relações Internacionais (NEGRI). Dedicou-se como Codiretora de Logística e Experiência à Coordenação Geral do XXIV Encontro Nacional de Estudantes de Relações Internacionais (ENERI 2019). Desenvolveu Iniciação Científica enquanto pesquisadora bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG/PIBIC, em 2017 e 2018) sob orientação do Prof^o Dr^o Pedro Henrique de Moraes Cícero (UFU). Os trabalhos de pesquisa concentram-se nas áreas: Migrações e Mobilidade Humana, África Contemporânea, Diásporas Africanas, Economia Política, Instituições Internacionais, Filosofias Africanas, Mulheres, Desenvolvimento Socioeconômico e Educação para as Relações Étnico-Raciais. E-mail: lucia.toledobueno@gmail.com

como a categoria "matriarcado" se aplica à lógica de organização socioeconômica reinventada na contemporaneidade, produzindo autonomia e independência de mulheres. Iniciamos com o embate ontológico e epistemológico que incita a resiliência das estruturas familiares e econômicas matriarcais nas Américas. Em seguida, na etapa empírica, constatamos as manifestações da matrifocalidade partir de relatos de lideranças de organizações econômicas e religiosas de matriz africana. Tais tecnologias econômicas matricentradas representam fonte de geração de vida individual e coletiva e – sobretudo – a capacidade de reinvenção dos princípios do matriarcado nas Américas contemporâneas.

Palavras chave: Matriarcado; Mulheres; Tecnologias Econômicas Autóctones; Economia "informal"; Endogeneidade epistemológica.

Ontological and epistemological clashes with amefrican women: autonomy and independence in an "informalized" economy

ABSTRACT

The notable place of prominence and the central role of women in pre-colonial African societies has been undermined in colonial endeavors of devastation of African ways of being, with particular developments regarding women as a function of the education of the gender hierarchy and the consequent generification of work. The mischaracterization and criminalization of indigenous, matrifocalized socioeconomic organizations is expressed by the nomenclature of "informal economies". In view of this, the present theoretical-empirical article aims to articulate how the category "matriarchy" applies to the logic of socioeconomic organization reinvented in contemporaneity, producing autonomy and independence of women. We begin with the ontological and epistemological clash that incites the resilience of matriarchal family and economic structures in the Amefricas. Then, in the empirical stage, we see the manifestations of matrifocality from reports of leaders of economic and religious organizations of African matrix. Such economic technologies represent a source of individual and collective life generation and - above all - the capacity to reinvent the principles of matriarchy in contemporary America.

Keywords: Matriarchy; Women; Indigenous Economic Technologies; "informal" economy; Epistemological endogeneity.

Submetido em: 06/03/2022 | **Aceito em:** 20/04/2022

INTRODUÇÃO

O não-reconhecimento, pelas pessoas colonizadoras, das capacidades intelectuais, de autodeterminação e de autogestão em pessoas africanas significa folclorização das culturas africanas, com impactos particulares sobre as mulheres. Tendo em vista o lugar de destaque das mulheres africanas nos sistemas matriarcais das sociedades pré-coloniais e a pressuposição da superioridade do patriarcado, a administração colonial descaracteriza a organização socioeconômica matrifocal adjetivando-a de "informal" e, com isso, visa a obliterar os povos africanos de suas raízes e fontes de autonomia matricentradas.

Como objetivo basilar deste artigo, apresentamos a articulação da aplicação do matriarcado à lógica de organização socioeconômica africana pré-colonial nas Américas⁴ contemporâneas, produzindo autonomia e independência de mulheres. Empregamos revisão bibliográfica assim como trabalho de campo por meio de entrevista individual semiestruturada e de análise dos textos orais no

⁴ América corresponde a um "sistema etnogeográfico de referência, é uma criação nossa e de nossos antepassados no continente em que vivemos, inspirados em modelos africanos." (GONZALEZ, 1988, p. 77). Nesta pesquisa, empregamos a categoria essencialmente enquanto lócus geográfico.

documentário “Cidade das Mulheres” (2005), o que nos permite aprofundar na análise teórico-empírica a partir de experiências concretas. Desse modo, trabalhamos com duas seções. Abrimos os caminhos com o embate ontológico e epistemológico que incita a resiliência das estruturas familiares e econômicas patriarcais nas Américas. Em seguida, na etapa empírica, constatamos as manifestações de autonomia e independência de mulheres a partir de relatos de lideranças de organizações econômicas e religiosas de matriz africana.

A RESILIÊNCIA SECULAR DO PATRIARCADO NAS AMÉRICAS: INFERIORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA LÓGICA ECONÔMICA AFRICANA E AUTONOMIA REINVENTADA

O foco desta seção é explicar a resiliência das estruturas familiares e econômicas patriarcais, no continente e nas Américas, diante dos processos de descaracterização e obliteração da unidade cultural africana, evidenciando a autonomia e a primazia das mulheres na dita “economia informal” contemporânea.

A motivação primordial surge da leitura prévia do livro “A Invenção das Mulheres” de Oyèrónké Oyěwùmí, traduzido para português em 2021, onde a socióloga nigeriana questiona frontalmente a generificação dos corpos das ciências ocidentais que assumem seus fundamentos eurocêntricos como lente para compreensão das sociedades africanas. O empreendimento colonial difunde as estruturas de pensamento e as instituições ocidentais como único modo de ser possível, além de supostamente transponível (leia-se imposto) a quaisquer sociedades. (OYĚWÙMÍ, 2021). Nesse sentido, o insustentável modelo ocidental de organização socioeconômica é imposto aos povos africanos sob referenciais de “neutralidade axiológica”, “universalismo”, “ciência imparcial” e “tecnicidade” acompanhados da descaracterização e da criminalização das instituições autóctones.

O embate teórico-epistemológico trazido neste trabalho surge do fato de que tais epistemologias ocidentocentradas - evidentemente exógenas às sociedades africanas - subsidiam a narrativa de invisibilização, fragmentação, criminalização e inferiorização da primazia das mulheres na edificação da vida. “Mulher”, nos estudos de gênero ocidentais que se propõem universais, é objeto da ideologia do determinismo bio-lógico, isto é, “a concepção de que a biologia fornece a base lógica para a organização do mundo social”. Para Oyěwùmí (2021,

p. 71), o “gênero é um discurso dicotômico sobre duas categorias sociais binariamente opostas e hierárquicas – homens e mulheres.” Na expansão colonialista, testemunhamos a pretensão de universalização da “centralidade do corpo na construção da diferença na cultura ocidental”. (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 15-30). A autora escreve que:

Mulher/mulheres é uma construção social, embora seja invocada de maneira associal e a-historicamente. Não havia mulheres na sociedade iorubá até recentemente. Havia, obviamente, obìnrin. As obìnrin são anafêmeas. Sua anatomia, assim como a dos ọkùnrin (anamachos), não as privilegiava para nenhuma posição social e, da mesma forma, não prejudicava seu acesso a qualquer posição social.

(...) a categoria social “mulher” – identificada anatomicamente e percebida como vítima e socialmente desfavorecida – não existia [em Iorubalândia]. Assumir *a priori* a questão da mulher constitui uma aplicação infundada do modelo ocidental, privilegiando o modo ocidental de ver e, assim, apagando o modelo iorubá de ser.

(OYĚWÙMÍ, 2021, p. 130-131, grifo da autora)

Há que se ter em conta que nem todas as diferenças humanas são construções sociais. O ponto do debate, em se tratando de uma leitura endógena das sociedades africanas, não se encontra nas diferenças biológicas entre homens e mulheres, que são base da perpetuação da existência humana, mas sim no uso de diferenças anatômicas e fisiológicas como premissa para a invenção do homem como norma, como essência da humanidade e justificativa plausível da hierarquização social e política entre os dois grupos. Oyěwùmí argumenta que ocorre um problema grave de tradução, no caso do iorubá para o inglês, devido à generificação ocidental da linguagem. Por isso, para se referir às categorias autóctones, dá preferência às denominações “fêmea anatômica” ou “anafêmea” ao termo “mulher”. Como desdobramentos das concepções ocidentocêntricas de gênero, são instituídos os privilégios masculinos, as desvantagens sociais da anafêmea e, principalmente, a imposição moralizante de que o comportamento das mulheres - dado que “o Outro” - deveria ser distinto e oposto ao dos homens em termos de autonomia, agência, independência e autodeterminação. (OYĚWÙMÍ, 2021, pp. 73-76).

Em contraste, as sociedades africanas pré-islamizadas e pré-colonização europeia não são baseadas na anatomia para definir lugares sociais dos seres humanos, assim como não assumem a partilha de interesses, desejo ou posição social comuns dentre àquelas que pertenceriam à categoria “mulheres”. A reprodução, na Academia, da categorização ocidental de gênero sobre a

dimensão econômica das sociedades africanas pode ser ilustrada, por exemplo, pela generificação dos mercados discutida por Oyěwùmí:

Mesmo quando pessoas comerciantes são levadas a sério, são incorporadas de tal forma que a categoria comerciante, que em muitas sociedades da África Ocidental não tem especificidade de gênero, é transformada em “mulheres do mercado”, como se a explicação para seu envolvimento nessa ocupação fosse encontrada em seus seios ou, para dizê-lo mais cientificamente, no cromossomo X. (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 48).

Embora dados da União Africana apresentem mulheres como maioria (90%) da força de trabalho em comércios “informais”, que compõem 85% da atividade econômica no continente, presumir o gênero como princípio organizador atesta, para além de falhas epistemológicas, a distorção da realidade histórica concreta das sociedades africanas e um obstáculo à construção de conhecimento e à formulação de políticas adequadas. (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 257; UA, 2020, p. 11).

Dando sequência às pistas registradas por Adesina (2012), Malomalo (2020) e Oyěwùmí (2021), este trabalho faz frente à injustiça epistêmica contra as culturas africanas e suas Ciências. O pensamento e a imposição dos modos de ser sobre as sociedades africanas se refletem na descaracterização e deslegitimação da estrutura matricêntrica de organização social. Tanto pela literatura acadêmica, principalmente de antropólogos coloniais, quanto pelas vertentes feministas pautadas na concepção ocidental de gênero, associou-se que os agregados familiares matrifocais seriam, de alguma forma, resultado de pobreza econômica e de “exclusão jurídica da mulher”. A partir de seus pressupostos universalizantes e supremacistas brancos, a antropologia ocidental não enxerga os agregados matriciais para além de degenerações de caráter primitivo, anomalias transitórias, fugas à norma de uma sociedade patriarcal. As famílias matricênicas são, equivocadamente, classificadas nos rótulos de “ilegitimidade” e suposta “instabilidade da estrutura familiar”, haja vista o pressuposto de superioridade das sociedades patriarcais e das famílias nucleares. (ADESINA, 2012, p. 197-199). No entanto, Adesina afirma:

As famílias não são matrifocais por causa da sua baixa condição econômica, da pobreza, da ausência de homens, da distribuição das tarefas domésticas com base na divisão de gênero, ou da exclusão econômica das mulheres. Elas são-no por serem estruturalmente matricênicas. É neste contexto que a ‘matrifocalidade’ assume o seu sentido distinto e o seu **valor heurístico** como categoria sociológica. E é este entendimento amplo de ‘matrifocalidade’ e ‘matricentrismo’ como princípios organizadores da sociedade que constitui um empreendimento distinto de endogeneidade. (ADESINA, 2012, p. 199,

grifo nosso)

Portanto, compreender o papel e o lugar social da anafêmea africana dentro das estruturas familiares e da lógica da organização econômica autóctones contemporâneas exige um empreendimento epistemológico endógeno. A preponderância do papel da mulher na economia se distancia de essencialismos e decorre da lógica africana que, em contraposição à Ocidental, as resguarda um papel de agência, autonomia e independência, em suma, de matripotência.

Na obra "A Unidade Cultural da África Negra: Esferas do Patriarcado e do Matriarcado na Antiguidade Clássica" (1982), Cheikh Anta Diop descreve os fatores originários e o processo de surgimento do matriarcado e do patriarcado no mundo. Segundo o senegalês, existiram dois berços de desenvolvimento humano que correspondem a duas lógicas de organização socioeconômica opostas. Percebemos que a distinção original entre os dois sistemas é atribuída ao modo de interação do homem com as condições do meio-natureza. Os berços são o setentrional, caracterizado por povos indo-arianos nômades em que a mulher não tinha uma função central na economia, amplamente baseada em coletas e caça, e o meridional. África se encontra no segundo berço e se caracteriza pelo desenvolvimento de sociedades agrárias que viriam a se sedentarizar. Consoante Nascimento (2008, p. 75), as atividades de cultivo exercidas pela anafêmea representavam "o valor máximo da vida e da produção agrícola: a estabilidade. (...)os homens desempenhavam funções arriscadas, incertas ou até economicamente prejudiciais à comunidade, como a caça, a pesca e a guerra."

Além disso, há uma dimensão sagrada-divina atrelada à potência exclusiva das anafêmeas: a capacidade de gerar vida. A matricentricidade - a menor unidade de parentesco e menor unidade autônoma de produção -, definida como uma construção cultural que tem como base o papel reprodutor de vida da mulher, para além do parimento. Os laços uterinos e de maternidade são as bases da organização socioeconômica matriarcal, de modo que o sistema de parentesco é definido pelo princípio organizador consanguíneo, em contraste com a proeminência das relações conjugais ocidentais. (DIOP, 1982; NASCIMENTO, 2008, OLIVEIRA, 2018; OYĒWÙMÍ, 2021).

Como notamos, a posição da anafêmea é de destaque e até de reverência (COSTA E SILVA, 1992) em comunidades de organização matrifocal. Os princípios de autonomia e independência da matrifocalidade encontram materialidade não

somente nos mitos de origem da existência da vida e nas estruturas do cotidiano doméstico. Conforme Clarke (2021, p. 87) “[na] África, o ‘lugar’ da mulher não era apenas com sua família; ela muitas vezes governava nações com autoridade inquestionável. (...) até onde seu talento, linhagem real e prerrogativas as levassem.”. As figuras das rainhas-mães, ou candaces, é emblemática no que diz respeito à expressão da matricentricidade nos mais altos cargos da administração política, econômica, jurídica, militar e sacerdotal, especialmente em papéis dentro da linhagem. Estamos falando de um legado de governantes, guerreiras, estadistas, comerciantes como a rainha de Sabá do reino de Makeda (1005-900 a.C.) cujos feitos foram registrados historicamente e na Bíblia, como a rainha Hatshepsut (chefe de Estado de Kemet, 1500 anos antes da Era Cristã), e como a rainha Nzinga de Angola que logrou a resistência militar à dominação portuguesa e holandesa. São exemplos que “não configuram casos isolados, mas confirmam uma tradição que nasce de profundas raízes históricas e culturais. Trata-se do sistema sociopolítico matrilinear (...)” (NASCIMENTO, 2008, pp. 78-79) A autora também escreve que:

A tradição das rainhas-mães africanas estabeleceu-se em Núbia, no atual Sudão, com a linhagem das kentakes, ou candaces, que reinou de 300 a.C. até 300 d.C., isto é, durante seiscentos anos. Como observa o historiador John Henrik Clarke (1985, p. 128), essas rainhas exerciam o poder por direito próprio, e não na qualidade de esposas, ou seja, assumiam todas as responsabilidades de administração civil e militar. (NASCIMENTO, 2008, p. 78)

Em busca de caminhos explicativos do papel e posição da mulher nas resilientes estruturas matriarcais contemporâneas, o questionamento que desenvolvemos a seguir consiste no exercício de explorar os princípios organizadores das sociedades africanas pré-coloniais, notadamente em sua dimensão socioeconômica e cultural. Afora as universalizantes e ocidentocentradas noções generificadas de trabalho, como divisão sexual do trabalho e “mulheres de mercado” que não existiam na concepção autóctone, predominam a senioridade e a linhagem dentre as variáveis que organizam a ordem social pré-colonial, tanto em suas manifestações físicas quanto nas metafísicas. Oyěwùmí (2021, pp. 82-87) enfatiza a senioridade como “pedra angular do intercâmbio social” aplicada a todas as áreas da vida independentemente de renda, posição social ou anatomia. Sua dinâmica, que define a hierarquia no interior da linhagem, é “altamente relacional e situacional,

pois ninguém está permanentemente em uma posição de uma idade maior ou menor”, ou seja, é atrelada à singularidade de cada relação social, e não fixada no corpo. Já o que distingue quem exerce e gerencia determinadas atividades econômicas fundamenta-se originalmente na linhagem, conforme a autora explica:

As profissões e os ofícios especializados eram prerrogativas de linhagens específicas no sistema político. A divisão do trabalho aqui era baseada na linhagem em que a participação na linhagem, e não a anatomia, era o pré-requisito para praticar tais profissões. Essa divisão do trabalho foi percebida em um nível metafísico. Os membros das linhagens especializadas eram vistos com um mandato exclusivo do orixá que permitia o desempenho adequado de suas profissões. (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 117).

Diop (1982) demonstra que a matrifocalidade era a norma no contexto africano. Bonfim (2009, p. 224) explica que “a ubiquidade da figura da rainha-mãe implicou, desde o período egípcio-faraônico até o início da colonização na metade do século XIX, uma partilha do poder político. Com efeito, o monarca só poderia ser designado por linhagem uterina, nunca por sua paternidade.”. No sistema de parentesco matrilinear, direitos políticos, a posição social, os ofícios e profissões, heranças e propriedades são herdados por meio da mãe, em uma orientação feminina e matrifocal, sem que o princípio seja sua anatomia. (OLIVEIRA, 2018).

Para analisar a participação feminina na economia pré-colonial, é preciso se desamarrear de alguns pressupostos, como o de divisão de trabalho por gênero e o de que a maternidade domestica as mulheres. Ao contrário da construção ocidental da maternidade, em Iorubalândia esta funcionava como um impulso e não como um empecilho à circulação econômica das famílias e na realização de empreendimentos de toda sorte tanto pelas anafêneas quanto pelos anamachos. Diante da maior proporção de corpos anafêneas nas contagens estatísticas sobre informalidade, a intelectual adverte quanto ao “problema do categorialismo estatístico”. Por estabelecer as categorias de gênero *a priori*, corresponde a uma armadilha ideológica e retratam a “obsessão ocidental com a mensuração” e com evidências visíveis. Para a autora, as “estatísticas nada mais são do que (...)outra maneira de validar a noção ocidental de que os corpos físicos são necessariamente corpos sociais.” (OYĚWÙMÍ, 2021, pp. 120-130, grifo da autora).

Propomos a percepção da complexidade oriunda da reinvenção e continuidade dos princípios matriarcais nos dias de hoje. Assim, seguindo a lacuna

indicada por Amadiume (2005) e frisada por Adesina (2012, p. 204), “é preciso dar um passo em frente e estabelecer uma ligação com o matriarcado mesmo em contextos patrilineares e patriarcais.”. A desestruturação do matriarcado ocorreu, principalmente, por meio de estratégias e técnicas de devastação das culturas africanas a partir da penetração islâmica em África concentrada nos séculos XIII e XV, que institui o patriarcado enquanto ideologia hegemônica, e posteriormente com a colonização europeia de matriz judaico-cristão, sobre a qual nos concentraremos.

Os modos de operacionalização das estratégias de desfragmentação da unidade cultural africana se revelam na mercantilização da terra, antes bem coletivo e cuja compra e demarcação privada da propriedade seria impensável nas sociedades autóctones. Os instrumentos jurídicos coloniais têm sido empregados para inventar e estabelecer uma nova organização social, moral, ética e institucional.

Emerge, então, a importância da memória histórica e do orgulho cultural de um povo. Na concepção de Oyěwùmí (2021, p. 217-218), o desdobramento mais sério seria a invenção de um direito consuetudinário colonial como se fosse um costume africano tradicional negar o acesso ao direito à terra às mulheres. A autora segue: “na década de 1930, existia uma crença errônea em algumas localidades iorubás de que (...) a marginalização das fêmeas pela herança das terras familiares também foi apresentada como uma ‘longa tradição’.” (p. 217), O *ethos* jurídico britânico foi assimilado como parte da tradição jurídica local, enquanto a condução da cultura jurídica autóctone foi criminalizada. (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 217-218)

Outro mecanismo, diretamente ligado à marginalização do trabalho feminino, situa-se na introdução dos salários como remuneração pelo trabalho dos homens. Ao excluir as mulheres da força de trabalho assalariada, ou seja, do setor formal da economia, as consequências sobre as mulheres decorrem de uma nova definição de trabalho na qual sua participação foi minada e invisibilizada já que se tornou “economia informal”. Isso sem aprofundar no fato de que homens poderiam usufruir de condições para comprar sua liberdade, enquanto as anafêmeas, sem acesso aos salários, teriam sua escravização prolongada. “Como os homens recebiam um salário, seu trabalho adquiria valor de troca, enquanto o trabalho das mulheres retinha apenas seu valor de uso, desvalorizando o trabalho

que se associava às mulheres.” (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 223). O trabalho exercido pelos homens passou a representar o “moderno”, enquanto a tradição autóctone contida no trabalho das mulheres era rotulada de “atrasada”.

Em função desse costume colonial inventado, aumentaram os fluxos migratórios em direção aos centros de governo e comércio, onde o setor formal operava. A definição colonial de trabalho, que obliterou o modelo autóctone de trabalho e desgastou as fontes de autonomia das mulheres, fez com que as famílias se distanciassem de seus grupos de parentesco. Devido à dependência em relação os esposos, a ocupação e identidade principal das anafêmeas passou a residir no casamento, como um apêndice do homem. A estrutura das famílias extensas tradicionais africanas foi reconfigurada a partir do modelo exógeno ocidental, passando a ser condicionada em famílias nucleares. Para Oyëwùmí (2021, p. 227), “as fêmeas tornaram-se subordinadas assim que foram ‘transformadas’ em mulheres – uma categoria incorporada e homogeneizada. Assim, por definição, eles se tornaram invisíveis.”. (OYĚWÙMÍ, 2021, pp. 222-231).

Segundo Bonfim, em artigo intitulado “A Identidade Contraditória da Mulher Negra Brasileira: Bases Históricas” (2009, p. 243), o corpo da mulher africana, “erotizado, obscenizado, desumanizado e animalizado” é uma categoria primordial de análise, tendo em vista que:

(...) na condição histórica de baluarte da civilização africana, a mulher negra era o ente que deveria ser esmagado e mantido sob constante subalternização, em prol da manutenção da ordem dominante europeia radicalmente oposta à tradição cultural africana constituída *ao redor da mulher*. Ora, a retirada da centralidade e, logo, do poder somada à coisificação, à estereotipação, à exclusão desse grupo de mulheres garantiria, assim, a supremacia dos modos sociais europeus nas sociedades periféricas multirraciais, como a brasileira. (BONFIM, 2009, p. 244, grifo da autora)

O mais importante desse entendimento parece ser que houve um esforço sistemático de forjar argumentos que não somente justificassem as atrocidades do colonialismo, mas que também contribuíssem efetiva e concretamente para a devastação do matriarcado como base da unidade cultural africana.

A imposição do Estado moderno ocidental e dos costumes cristãos, sobretudo a partir do século XIX no interior do continente africano, inventou uma realidade com hegemonia masculina que fazia avançar a imposição do patriarcado. As teses de universalização do modelo patriarcal de sociedade pressupõem uma linearidade evolucionista do tempo e da história humana. Como

se as sociedades patriarcais necessariamente caminhassem em direção ao progresso, o avanço autônomo das sociedades africanas em seus próprios termos é rechaçado e tachado de retrógrado. As bases acadêmicas coloniais careciam de evidências que comprovassem qualquer tipo de inferioridade das mulheres e do matriarcado, como Diop (1982) se empenhou em desconstruir. A policonjugalidade, dissidente dos padrões presumidos de família nuclear ideal do Ocidente, era interpretada pelos antropólogos coloniais com repulsa em função de uma alegada promiscuidade. (DIOP, 1982; NASCIMENTO, 2008; OLIVEIRA, 2018, pp. 319-321; OYĚWÙMÍ, 2021).

A administração colonial arquitetou e desenvolveu espaço para a subjugação e inferiorização dos povos africanos como um todo, e para a invenção de uma hierarquia e subordinação das mulheres em relação aos homens com base em princípios organizadores exógenos às sociedades autóctones. Para Malomalo (2020), por um lado, "a masculinidade tóxica africana, que é uma das manifestações do patriarcado, se formou ao longo da história."; por outro lado, "o matriarcado tem igualmente um poder de construir masculinidade positiva. (pp. 63-68).

Contudo, Diop (1982) argumenta que a penetração no matriarcado não atingiu profundamente os fundamentos do sistema. Paralelamente, segundo Malomalo (2020, p. 69), "o domínio do patriarcado sobre o matriarcado não fez com que esse morresse. Ele somente se transformou. Em alguns lugares em África, existe como sistema autônomo expresso nas famílias matrilineares (...)". Na mesma linha, Oyěwùmí (2021, p. 231) assevera que:

(...) o reconhecimento do profundo impacto da colonização não impede o reconhecimento da sobrevivência de estruturas e formas ideológicas autóctones. (...) **porque homens e mulheres resistiram ativamente às mudanças culturais** em diferentes níveis. As formas autóctones não desapareceram, embora tenham sido agredidas, subordinadas, corroídas e até modificadas pela experiência colonial. (OYĚWÙMÍ, 2021, p. 231, grifo nosso)

A pretensa universalidade do modo de ser ocidental-colonial incita, por parte dos povos africanos, resiliência sistemática - notadamente em torno do matriarcado enquanto sistema de organização familiar no qual o papel da mulher é primordial. Apesar de todas as violências através de descaracterizações, fragmentações, assimilações, demonizações, genocídio e criminalizações dos modos de ser africano, a matriz cultural autóctone foi substancialmente

reformulada a partir dos recursos disponíveis e dos meios possíveis. Bonfim (2009) explana:

Todo o arcabouço civilizatório trazido pela mulher africana estava enraizado em suas estruturas cognitivas, orientando sua percepção do mundo. (...) Somava-se a esse entendimento a concepção que elas traziam de si mesmas como protagonistas não apenas de sua própria vida, mas também de uma sociedade inteira. (...) (BONFIM, 2009, p. 239).

As manifestações da organização socioeconômica matriarcal nas Américas ocorrem, por exemplo, através de espaços como nos cargos sacerdotais ocupados por mulheres nas tradições africanas ou na esfera artística com as grandes “matriarcas do samba”. Bonfim (2009, p. 239) ilustra a “reelaboração de algumas de suas práticas culturais” com os “arranjos familiares matricêntricos.” É importante ter ciência de que tais posições sociais foram e são mobilizadas por suas ocupantes enquanto ferramenta pivotal para a geração de vida e emancipação das famílias, seja na dimensão financeira, seja na linha dos cuidados de saúde coletiva e outras expressões da memória ancestral. A matripotência se faz presente, ainda, no papel das comerciantes, girantes, mulheres de tabuleiro. Seja pelo fato de obterem e guardarem somas de dinheiro para uso em prol da comunidade (apesar dos boicotes na composição do pecúlio), seja pela troca de mensagens confidenciais pelos tabuleiros de doces ou ainda outras estratégias, tais matriarcas reinventaram os princípios de autonomia e independência autóctones em uma sociedade patriarcal.

No seio dessas atividades econômicas, conhecimentos, saberes e técnicas foram herdados do legado africano pelas matriarcas. Todavia, esse arcabouço seria descaracterizado e inferiorizado pela visão colonial enquanto formas de organização socioeconômica “arcaicas”, “primitivas” e, na contemporaneidade, “informais”. Segundo a intelectual queniana Kinyanjui (2019), a nomenclatura “economia informal” introjetada sobre modos de produção africanos, consiste em uma estratégia de marginalização das instituições de comércio e manufatura autóctones, obliterando a autonomia de povos africanos e servindo como base para incriminar suas expressões culturais. Kinyanjui (2019, p. 76) defende que poucos tentaram entender os profissionais do comércio e do artesanato de Nairobi em seus próprios termos. Contudo, sem essa percepção endógena, a economia informal nessa cidade não poderia ser plenamente apreendida. Paralelamente, Oyěwùmí afirma que:

A noção de que apenas os homens realmente trabalham aparece na compilação de estatísticas nacionais sobre a participação na força de trabalho. A porcentagem de mulheres no setor formal permanece pequena. Isso é explicado pelo fato de a maioria das mulheres serem trabalhadoras autônomas e seus compromissos não serem definidos como trabalho, apesar de sua participação na economia monetária. (OYÉWÚMÍ, 2021, p. 225).

Vamos de encontro com tal abordagem ocidentocentrada ao argumentarmos as ditas “economias informais” são, na verdade, tecnologias econômicas africanas pré-coloniais amplamente reinventadas por mulheres que dão continuidade à lógica matriarcal de organização socioeconômica tradicional nas sociedades amefricanas. Quanto ao exame de soluções endógenas, o estudo se nutre do que Abdias chama de “capacidade intrínseca de desenvolvimento autônomo relativo” que cada cultura possui. (NASCIMENTO, 2019, p. 301). Seguiremos para a próxima etapa, de análise empírica, onde exploraremos e discutiremos a materialidade do matriarcado enquanto um “poder libertador para homens e mulheres africanos para enfrentar os desafios da modernidade sem complexo de inferioridade e sem complacência” (MALOMALO, 2020, p. 69) a partir da experiência de uma amefricana.

CONCRETIZAÇÃO DA MATRIPOTÊNCIA ATRAVÉS DAS TECNOLOGIAS ECONÔMICAS AFRICANAS CONTEMPORÂNEAS: VOZES, PERCEPÇÕES, MERCADOS E ANCESTRALIDADE

Consagramos esta seção a uma análise empírica sobre como o matriarcado reformulado nas Américas e, mais precisamente, no Brasil constitui fonte de autonomia e independência para mulheres. Como caminho até esse objetivo, inicialmente abordaremos as formas pelas quais o matriarcado se reinventa a partir da experiência concreta de mulheres, especialmente no que tange ao lugar destas ao redor da organização socioeconômica de suas famílias ou comunidades.

Para tanto, contamos com duas fontes de coleta de dados em formato de depoimentos ou relatos, os quais serão mobilizados em discussão frente à literatura especializada no campo de investigação posteriormente. A fonte principal consistiu em uma entrevista semiestruturada, enquanto a secundária corresponde ao conteúdo do documentário “Cidade das Mulheres” (2005). A escolha pela entrevista e por esse material audiovisual em específico deriva da mesma razão: a

busca por compreender em profundidade, a partir das trajetórias e percepções de mulheres amefricanas, a reconfiguração dos princípios matriarcais através das organizações socioeconômicas no Brasil e no mundo. O método selecionado permite contemplar complexidade explorada com base em categorias de análise propostas, e não determinadas, de forma que a interpretação da realidade por parte da entrevistada fosse considerada no processo de coleta e análise epistemologicamente endógeno.

Efetuamos buscas por pessoas entrevistáveis a partir de plataformas online de divulgação dos negócios de pessoas migrantes⁵. Como alguns dos critérios, compreendemos que a contribuição seria significativa da parte de mulheres que conduzissem, há pelo menos dois anos, negócio próprio ou em sua sociedade. Estabelecemos, virtualmente, um diálogo com a primeira fonte em setembro de 2021, quando o conteúdo da gravação de noventa minutos foi transcrito para ser analisado. Não foram apenas coletadas informações sobre a trajetória pessoal da pessoa entrevistada, mas também suas percepções com respeito às dinâmicas étnico-raciais no país de origem, a República da Guiana, no Brasil e no mundo. Trazemos a localização geográfica de enunciação dos relatos por avaliarmos que “discutir as questões de mulheres africanas a partir da diáspora, exige que se coloque outras categorias como migração, etnia, raça e território”. (MALOMALO, 2020, p. 68).

Com esta pesquisa, objetivamos reconhecer os princípios do matriarcado na autonomia das mulheres. Nesse sentido, por mais relevante que sejam as figuras em altos cargos econômicos, políticos e sacerdotais, não nos restringimos a tal grupo em atenção, também, às pistas de Lopes e Macedo (2017, p. 213) que trazem à tona que:

[p]ouco ou nenhum espaço, até aqui, ganharam reflexões ou discussões sobre os traços particulares das formas de organização das mulheres comuns, recaindo em abordagens generalizantes ou essencializadas - como a ideia limitadora de uma suposta 'mulher africana' atemporal, deslocada das realidades socioculturais específicas do tempo e lugar em que viveram. (LOPES; MACEDO, 2017, p. 213).

Esse é mais um dos motivos que evidenciam a pertinência dos dados coletados, haja vista que a entrevistada, em sua origem, trabalhava na condução

⁵ Nomeadamente, as plataformas “Deslocamento Criativo” e “Refugiados Empreendedores”. Os dados sensíveis estão anonimizados conforme a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), de número 13.853/2019.

de pequenos negócios próprios como girante, especificamente no ramo de alimentação, festas e eventos. De acordo com a entrevistada, sua atuação no comércio tornou-se sua principal fonte de renda depois de sua chegada ao Brasil. Ela explica que preferiu trabalhar de forma autônoma, por não querer “trabalhar para outra pessoa” e por limitações linguísticas quanto ao português. A língua oficial da Guiana é o inglês, além da presença de outras línguas não-oficiais como o crioulo. Também nos parece interessante ressaltar o modo como a relação entre ela e seu cônjuge na questão da dinâmica do negócio, já que a entrevistada afirma enfaticamente que ela tem sua própria empresa e sua independência financeira, assim como o marido tem o empreendimento dele.

Adesina (2012, pp. 199-204) explicita formas pelas quais os princípios matricêntricos de sociedade se manifestam mesmo na hegemonia do sistema patriarcal, inclusive incorporando percepções locais sobre o matriarcado na República da Guiana. O autor aborda as estruturas matricêntricas com base no estudo “The Negro Family in British Guiana: family structure and social status in the villages” de Smith (1956). Sua principal contribuição situa-se especialmente na categoria de análise “classe”, elemento de diferenciação social implantado através do modelo ocidental-colonial de vida. Ampara, assim, nossa investigação sobre como a experiência profissional da entrevistada reproduz estruturas matriarcais pré-coloniais na contemporaneidade. Conforme Adesina (2012), as estruturas familiares matricentradas encontram-se em grau bastante elevado nas classes mais baixas. Em sua análise de Smith, observa que:

Mesmo para a sociedade das Guianas, as famílias e redes de parentesco matricentradas não constituem o ‘tipo ideal’ de família. Muitas famílias guianesas pertencentes a classes médias a altas, são patrifocais e patrilineares; a matrifocalidade vai diminuindo à medida que nos deslocamos em sentido ascendente dentro das estruturas de classe da sociedade, e reflecte a divisão de trabalho genderizada onde se exclui a mulher das actividades económicas extradomésticas. (ADESINA, 2012, p. 198).

O trecho ilustra a percepção de superioridade da patrifocalidade e da patrilinearidade, tendo como base uma estrutura genderizada de sociedade nos moldes coloniais. A esse respeito, Gonzalez reflete que o “esquecimento ativo de uma história pontuada pelo sofrimento, pela humilhação, pela exploração, pelo etnocídio, aponta para uma perda de identidade própria”. (GONZALEZ, 1988, pp. 77-78).

Em relação a sua integração no meio empresarial brasileiro, a entrevistada respondeu se sentir pouco confortável entre outras pessoas negras em função de sua leitura de que as mulheres negras brasileiras seriam mais competitivas do que as brancas. Ela ressalta, contudo, ser sua experiência particular. É notável que, em momento algum, a entrevistada associa essa falta de união a categorias de gênero. Em contrapartida, ela associa a uma desunião global entre o povo preto: "It is the curse of black people, we do not wrap together. And that's the problem." (em tradução livre, "É a maldição do povo preto, nós não nos unimos. E esse é o problema.") (entrevistada, 2021).

Seu chamado para união e solidariedade explica-se diante do processo de fragmentação da unidade cultural africana, como desenvolvemos previamente ao longo deste estudo. Ela argumenta, valorizando a agência e autonomia emancipatórias, que é necessário compreender a escravidão, mas não parar por aí: "Nós temos que processar. Cada um tem que saber quem é e não permitir que outra pessoa o identifique." (entrevistada, 2021). Para a entrevistada, atitudes racistas são uma oportunidade para educar e isso é função de ambos os pais. São os adultos que, através da transmissão de saberes nas estruturas familiares, vão mudar ou tirar essas dinâmicas coloniais. Ela ilustra sua exposição narrando uma cena hipotética na qual uma criança, indignada e/ou perplexa, chama a atenção da mãe em relação a um caso de racismo. Em sua fala, transparece a primordialidade da mãe na educação das crianças, embora esta função não lhe seja exclusiva.

Ao nos debruçarmos sobre os textos orais registrados no documentário, pudemos evidenciar a raiz do papel da mulher/anafêmea - em respeito à educação das próximas gerações - no mito africano de concepção da vida. Segundo a etnolinguista Maria José Lopes da Silva, em função da estratégia colonial de desgarramento das famílias no tráfico,

(...) coube à mulher deter a função de dar continuidade a um processo que foi interrompido no continente de origem. (...) dona do segredo, dona da vida, dona da maternidade, ela reconstrói essa continuidade como uma forma de perpetuar os seus laços ancestrais de forma a recriá-los aqui na diáspora. (CIDADE... 2005).

A mesma afirma: o "que existiu na África de muito tempo atrás e eu diria que se reproduz de uma certa forma também no espaço do candomblé, particularmente o candomblé da Bahia, é uma relação onde as mulheres têm um

papel, têm um poder.”. Nas falas das entrevistadas, é reforçada a carga espiritual herdada pelas mulheres e como esta, através da matricentricidade, se prolonga para todas as esferas da vida em sua esfera individual e coletiva. (MALOMALO, 2020). A baiana de acarajé Sônia Balbina dos Santos declara que os “antigos diziam que vender acarajé era determinado pelo Santo (...) e com essa venda, ela tinha que ajudar ao candomblé que ela frequentava, e o resto era pro sustento dela.”. Mãe Stella de Oxosse conta que sua avó, que era filha de africano, vendia peixe no mercado e prossegue: “E esse peixe foi o que fez toda a fortuna dela. Uma negra morreu aos 60 anos, mas morreu rica, com muitos bens, joias que era **quase** que a constante de todo negro liberto que, quando trabalhava, juntava, fazia seu futuro.” (grifo nosso, em alusão à ênfase no texto oral). Em relato, a senhora Alaíde, proprietária de restaurante localizado no Pelourinho em Salvador, Bahia, explica que:

90% [porcentagem estimada] das mulheres que viviam no mercado vinham do terreiro de candomblé. Então, é uma grande escola... a feira, o mercado, as vendedoras de doce de bairro, vendedoras de tabuleiro. Todas nós herdamos isso dos nossos antepassados e aprendemos a grande escola que é o terreiro de candomblé. (CIDADE... 2005)

No conjunto, a análise dos dados empíricos comprova o valor heurístico do matriarcado teórica e concretamente para a vida das comunidades africanas no continente africano e nas Américas. A categoria estudada, com enfoque na dimensão socioeconômica do matriarcado, propiciou a constatação de manifestações materiais da resiliência dessa ferramenta pré-colonial apesar de séculos das desumanas penetrações e invasões das matrizes culturais islâmica e judaico-cristã em África. Na contemporaneidade, mesmo em contextos patriarcais, o matriarcado se reinventa constantemente enquanto valor de geração de vida, de matrigestão, ante a devastação das estruturas familiares africanas. Tal empreendimento anticolonial atua em resposta ao embate estabelecido pelo colonialismo, frente ao qual anafêmeas prosseguiram mapeando e reformulando rotas emancipatórias. Assim, a resiliência comprovada da continuidade do matriarcado por meio de outras estruturas permanece constituindo a identidade guiada por autonomia e independência, ainda que contraditória e permeada por tensões (Bonfim, 2009), da mulher africana no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo almejou explicar a resiliência das estruturas matriarcais diante da concepção e implementação de estratégias de devastação da unidade cultural africana, especialmente no campo das ciências e da institucionalidade colonial. O embate atestou a manifestação do matriarcado enquanto sistema firmado na agência e autonomia das mulheres que não somente incorpora princípios autóctones como hierarquia e matrilinearidade, como também mobiliza elementos do patriarcado imposto em sua reinvenção. Categorias como classe, território, raça e etnia devem ser consideradas para o estudo do matriarcado africano na contemporaneidade, em particular nas Américas.

Partimos de fundamentos endógenos para articular o estudo teórico-empírico. Desse modo, a aplicação da categoria em análise, “matriarcado”, foi guiada por experiências concretas de mulheres que conduzem instituições econômicas africanas pré-coloniais, a dita economia “informal” adjetivação folclorizante empregada pela administração colonial, como denunciemos.

O valor heurístico do matriarcado foi evidenciado levando em consideração a potência de empreendimentos teóricos e políticos ancorados em soluções endógenas, ou seja, caminhos intelectuais e institucionais que respondam ao modo de ser americano, representando um poder emancipador sustentável para toda a comunidade.

REFERÊNCIAS

ADESINA, Jimi. **Prática da sociologia africana**: Lições de endogeneidade e gênero na academia. In: CRUZ e SILVA, Teresa, COELHO, João Borges; SOUTO, Amélia Neves. Como Fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas. Dakar, CODESRIA, 2012. pp. 195-210.

AMADIUME, Ifi, 2005 [1992], **Theorizing Matriarchy in Africa**: kinship ideologies and systems in Africa and Europe, In: OYĔWÙMÍ, O., ed., African Gender Studies: A Reader, Basingstoke (GB): Palgrave Macmillan, pp. 83-98. https://doi.org/10.1007/978-1-137-09009-6_5

BONFIM, Vânia Maria da Silva. A Identidade Contraditória da Mulher Negra Brasileira: bases históricas. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **Afrocentricidade**: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110. (Coleção Sankofa). Volume 4.

BUENO, Lúcia de Toledo França; MAIA, Marrielle. **Manifestações culturais africanas**

através de tecnologias econômicas no Brasil: valores civilizatórios em contexto de mobilidade humana. 2021. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

CLARKE, John Henrik. **Pan-Africanismo, Poder Preto e História Preta.** São Paulo: Ananse, 2021. 184 p. Tradução de Kahotep Shemsa Hefen.

CIDADE das Mulheres. Direção de Lázaro Faria. Salvador: X Filmes, 2005. (72 min.), son., color. Legendado.

DIOP, Cheikh Anta. **L'unité culturelle de l'Afrique noire.** Paris: Présence Africaine, 1982.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, N.º. 92/93 (jan./jun.). 1988, p. 69-82.

KINYANJUI, Mary Njeri. **African Markets and the Utu-Ubuntu Business Model: A Perspective on Economic Informality in Nairobi.** https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/24885/African_Markets_9781928331780_txt.pdf?sequence=1&isAllowed=y
<https://doi.org/10.47622/9781928331780>

LOPES, Nei; MACEDO, José Rivair. **Dicionário de História da África: Séculos VII a XVI.** 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MALOMALO, Bas'Illele. A JUSTIÇA TEÓRICO-POLÍTICA AO MATRIARCADO PARA SE PENSAR A ÁFRICA CONTEMPORÂNEA. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v. 12, n. 31, fev. 2020. ISSN 2177-2770. <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/839>.
<https://doi.org/10.31418/2177-2770.2020.v12.n.31.p48-71>

NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.). **A Matriz Africana no Mundo.** São Paulo: Selo Negro, 2008. (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira 1).

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 324 p. Tradução de wanderson flor do nascimento.

UNITED NATIONA DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **The Futures Report: making the afcfta work for women and youth.** Nova York: Undp, 2020. 102 p. <https://au.int/en/documents/20201202/making-afcta-work-women-and-youth#:~:text=The%20Futures%20Report%3A%20Making%20the%20AfCFTA%20Work%20for,and%20youth%20producing%20goods%20and%20services%20in%20Africa>.